

ELEMENTOS DE TEORIA E ESTRATÉGIA ANARQUISTA

Felipe Corrêa

Em entrevista a Mya Walmsley¹

A constante renovação do anarquismo organizado no mundo anglófono levou a um reengajamento com as questões estratégicas fundamentais do anarquismo. De que maneira uma organização revolucionária deve estruturar-se? Como uma organização revolucionária deve lutar pelas reformas? Qual é o papel da organização revolucionária no processo revolucionário? Ao lidar com essas questões, os insights contemporâneos têm vindo, indubitavelmente, do movimento anarquista na América Latina, onde a tradição do anarquismo organizado e classista vem crescendo e obtendo bons resultados na luta, enquanto no mundo alglófono essa tradição tem estado em declínio há um longo período.

Apesar de sua influência, grande parte das ideias e da história que motivaram esse movimento é muito inacessível ao público que fala inglês. A explosiva introdução dessa tradição – chamada de especificismo – ao mundo anglófono foi uma ampla introdução aos aspectos centrais dessa tendência, escrita em 2006 por Adam Weaver, que foi seguida pela tradução completa da plataforma de 2008 da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), que resumiu muitas conclusões teóricas do movimento naquela região. Ainda que o especificismo não tenha sido unanimemente adotado na América Latina, e que os debates entre as organizações sobre seu exato significado e modo de implementação continuem, essa plataforma produziu, pela primeira vez, uma abertura do público de fala inglesa a esse novo desenvolvimento teórico que ocorreu naquela região.

Talvez o livro mais importante traduzido depois disso tenha sido Anarquismo Latinoamericano [Anarchism in Latin America], de Ángel Cappelletti, publicado em 2018, não apenas uma fantástica história do movimento na América Latina, mas também um texto importante para o surgimento do especificismo. Entretanto, relevante para esta entrevista é o fato de que, nos últimos anos, a tradução de vários textos

¹ Militante vinculada ao grupo plataformista/especificista *Black Flag Sydney* (Austrália), que atualmente vive em Montreal (Canadá).

importantes de Felipe Corrêa, realizada por Enrique Guerrero-López vem funcionando para esclarecer e complementar o trabalho apresentado em Anarquismo Social e Organização, da FARJ. Como militante e teórico da Organização Anarquista Socialismo Libertário / Coordenação Anarquista Brasileira (OASL/CAB), em São Paulo, Corrêa proporciona, com esses textos, acesso ao debate estratégico e a certos acordos do anarquismo latino-americano. Com isso, ele revelou debates teóricos e estratégicos que, incomodamente, estavam indisponíveis para o público de fala inglesa.

No espírito de esclarecer e difundir os debates do anarquismo latino-americano para o mundo anglófono, contatei Felipe Corrêa no início de 2022 e fiz a ele um conjunto de questões que vários companheiros levantaram nos grupos de leitura e nas discussões informais acerca do especificismo – questões que não podiam ser facilmente respondidas pelos textos disponíveis para nós. Suas extensas respostas às minhas questões – que abordam temas como conceito de poder, o papel das organizações e a relação entre anarquismo e política classista – oferecem insights valiosos e únicos dessa tendência contemporânea.

Agradeço à paciência do companheiro Felipe Corrêa na resposta de minhas questões, e também à ajuda de Enrique Guerrero-López na tradução desse texto para o inglês.

Mya Walmsley

Mya Walmsley (MW): Obrigada por concordar em dar esta entrevista, Felipe! Agradeço pelo tempo utilizado nas respostas dessas questões, e espero que elas sejam interessantes e proveitosas. Para quem não conhece, você poderia falar um pouco de si, sobre o trabalho militante que realiza e sobre a tendência do especificismo?

Felipe Corrêa (FC): Olá Mya! Eu que agradeço pelo seu interesse. Para mim, é um prazer dar esta entrevista. Sou Felipe Corrêa e há mais de duas décadas tenho estado envolvido com a militância anarquista e também com outras atividades relacionadas ao anarquismo, como a pesquisa e a edição.

No campo da militância, eu faço parte da Organização Anarquista Socialismo Libertário / Coordenação Brasileira Anarquista (OASL/CAB), em São Paulo.² Tenho construído o especificismo no Brasil há quase 20 anos. Em nível estadual e nacional, atualmente estou envolvido com militância sindical – faço parte de um sindicato de professores (SINPRO), sou professor universitário, ligado principalmente à área das Ciências Sociais e às atividades de pesquisa – e também com gestão de recursos e formação política.

A CAB faz parte de uma corrente anarquista chamada de *especificista* – anarquismo especificista ou simplesmente especificismo –, que é uma expressão latino-americana do histórico dualismo organizacional anarquista, que existe desde Bakunin e a Aliança até o presente. Na América Latina esse termo vem sendo utilizado para se referir às concepções teóricas e práticas da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU) que, fundada em 1956, teve um papel central na luta contra a ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970. Por meio de instrumentos organizativos que construiu e/ou fortaleceu, a FAU converteu-se na segunda maior força da esquerda uruguiaia nesse combate. Em nível sindical e de massas esteve atrás apenas do Partido Comunista Uruguiaio; em nível armado esteve atrás apenas dos Tupamaros. Foi, contudo, a única força que operou em ambos os campos.³

Com o fim das ditaduras latino-americanas o anarquismo especificista se rearticulou. Primeiro no Uruguai, em meados dos anos 1980, e depois em outros países. O Brasil foi importante nesse processo e teve suas primeiras experiências especificistas em meados dos anos 1990. Desenvolveu-se em diferentes regiões brasileiras e, em 2002, articulou-se no Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). Com a ampliação de presença e aumento dos laços organizativos, foram criadas as condições para a fundação da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), em 2012, cujo objetivo é constituir-se numa organização política nacional, com núcleos por todo o país.

² Site da OASL: <https://anarquismosp.wordpress.com/>. Site da CAB: <https://cabanarquista.org/>. Declaração de Princípios da CAB (em inglês): <https://www.anarkismo.net/article/23028>.

³ Sobre a história da FAU (em inglês), ver: <https://www.anarkismo.net/article/32515>. Sobre a estratégia do anarquismo especificista, ver a longa entrevista que fiz com Juan Carlos Mechoso, militante histórico da FAU (em inglês): <https://theanarchistlibrary.org/library/juan-carlos-mechoso-uruguayan-anarchist-federation-fau-the-strategy-of-especificismo>.

Em termos de linha política, o especificismo é uma corrente anarquista inspirada nas posições de Bakunin e de Malatesta; possui proximidade com as perspectivas do grupo Dielo Truda e de outros clássicos históricos do anarquismo.

Trata-se de uma corrente que sustenta um conjunto de posições frente aos grandes debates estratégicos do anarquismo. Primeiro, em relação ao debate organizativo, os especificistas sustentam a necessidade de um dualismo organizacional, a partir do qual os anarquistas se articulam numa organização política, como anarquistas, e em organizações sociais (sindicatos e movimentos sociais), como trabalhadores. Segundo, frente ao debate sobre o papel das reformas, os especificistas consideram que estas podem, a depender da maneira que forem buscadas e conquistadas, contribuir para um processo revolucionário. Terceiro, em relação ao debate da violência, os especificistas consideram que ela deve ser protagonizada sempre no contexto e concomitantemente à construção de movimentos de massa. No nível social, dos movimentos de massa, o especificismo promove um programa que tem inúmeras afinidades com o sindicalismo revolucionário.

No campo da produção intelectual, tenho coordenado o Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), projeto internacional que visa a aprofundar e difundir as pesquisas sobre o anarquismo. Venho produzindo pesquisas vinculadas ao ITHA, principalmente no campo da teoria política anarquista; e pesquisas vinculadas à universidade. Também sou editor da Faísca Publicações Libertárias, uma editora anarquista com cerca de 40 livros publicados, de propaganda militante e de estudos acadêmicos.⁴

MW: Começarei com uma questão bem abstrata. Em “Anarquismo, Poder, Classe e Transformação Social”⁵, você define o anarquismo como uma *ideologia*, e faz uma distinção entre *ideologia* e *teoria*. Afirma que a ideologia traz contribuições políticas e subsidia intervenções estratégicas práticas, ao passo que a teoria traz contribuições metodológicas e contribui com a explicação da realidade. Por que essa distinção é tão importante e qual é a relação que ela implica entre teoria anarquista, ideologia anarquista e prática anarquista?

⁴ Site do ITHA: <https://ithanarquista.wordpress.com/>. Site da Faísca: <http://editorafaisca.net/>.

⁵ Em: <https://www.anarkismo.net/article/32540>.

FC: Para nós, anarquistas que sustentamos a necessidade organizativa de unidade teórica e ideológica, é importante ter uma resposta precisa sobre o que é o anarquismo. E, nessa discussão, o especificismo latino-americano se referencia, em grande medida, num texto de 1972 da Federação Anarquista Uruguiaia intitulado “Huerta Grande: a importância da teoria”. Trata-se de um texto que se baseia nas reflexões de Malatesta acerca da distinção entre os campos científico e ideológico-doutrinário.⁶

Segundo essa noção que aparece em “Huerta Grande” e em Malatesta, é necessário distinguir um campo da ciência e outro da ideologia-doutrina. A ciência subsidia a investigação do passado, do presente e, no máximo, indica aquilo que provavelmente pode acontecer no futuro. A ideologia-doutrina oferece elementos valorativos para que a realidade seja julgada e, principalmente, para que se estabeleçam objetivos e linhas de ação.

Essa distinção é muito importante por dois motivos. De um lado, ela busca evitar que a interpretação da realidade (campo científico) seja distorcida por elementos doutrinários-ideológicos – ou, como algumas vezes dizemos, que se substitua aquilo que foi e que é por aquilo que gostaríamos que tivesse sido ou que fosse. Uma estratégia consistente para o anarquismo deve partir de uma leitura precisa (teórica e cientificamente rigorosa) da realidade. De outro lado, ela pretende impedir uma perspectiva de futuro que abra mão da transformação em nome de um pragmatismo reformista ou mesmo conservador. Uma estratégia consistente para o anarquismo precisa conter elementos que poderíamos chamar utópicos ou finalistas e buscar realizá-los por meios revolucionários. Creio que essa posição foi bem sintetizada na consigna propagada pelo anarquista japonês Osugi Sakae, quando recomendou “atuar como um crente, pensar como um cético”.⁷

Essa posição também destaca, dentro desses elementos, quais são aqueles mais e menos flexíveis. O campo científico tem de ser mais flexível (aberto) que o campo doutrinário-

⁶ “Huerta Grande” (em inglês) pode ser lido em: <https://blackrosefed.org/huerta-grande/>. Sobre as posições de Malatesta a este respeito, ver o capítulo “Anarquismo e Ciência” da compilação *Errico Malatesta: Life and Ideas*, organizada por Vernon Richards: <https://libcom.org/files/Malatesta%20-%20Life%20and%20Ideas.pdf>.

⁷ O texto em que Osugi Sakae faz essa afirmação está parcialmente disponível (em inglês) na antologia *Anarchism: a documentary history of libertarian ideas*, vol. 1, organizada por Robert Graham (Black Rose Books, 2005).

ideológico. Precisamos usufruir dos desenvolvimentos no campo científico para aprimorar nosso entendimento da realidade social. Isso não implica, e nem pode implicar, a defesa de um pluralismo teórico inconsistente ou um vale tudo sem sentido. Trata-se apenas de uma abertura que garante que não estejamos presos a métodos, teorias e estudos equivocados, imprecisos ou ultrapassados, simplesmente porque são anarquistas.

Comparativamente, o campo doutrinário ideológico é bem menos flexível, em especial quando falamos dos princípios anarquistas. Não somos abertos e flexíveis (“antidogmáticos”) em relação a nossos princípios. Aqueles que tratam os princípios dessa forma caem num pragmatismo incapaz de mudança ou transformação social. No que diz respeito à estratégia, podemos afirmar que a estratégia geral é mais fixa, sendo seguida pela estratégia de tempo restrito, um pouco menos fixa e mais flexível, e, finalmente, pelas táticas, mais flexíveis.

Essa posição não pode ser confundida com certo positivismo, que preconiza – e acredita ser possível – alguma neutralidade frente às análises da realidade. Ela reconhece que tal neutralidade é impossível, mas que, ao realizar ciência, os anarquistas devem prestar atenção se não estão sendo traídos por suas posições ideológicas-doutrinárias. Algo que é muito comum no campo da esquerda em geral, incluindo o marxismo e o anarquismo.

A relação que isso implica entre teoria, ideologia e prática é a seguinte. Podemos dizer que, ao operar com esses pressupostos da FAU e de Malatesta, os anarquistas defendem: a necessidade de uma perspectiva teórica (científica) precisa para analisar a realidade e saber, precisamente, “onde estamos”; a necessidade de uma perspectiva ideológica (anarquista) para subsidiar nossos julgamentos dessa realidade, estabelecer os objetivos finalistas e as linhas de ação possíveis e desejáveis para o período em questão – ou seja, o anarquismo, a partir de sua crítica da dominação, defesa da autogestão e visão estratégica, propõe, em grandes linhas, “aonde pretendemos chegar” e “como”; o que nos leva a uma terceira necessidade, de uma prática política estratégica que possa nos conduzir de onde estamos aonde pretendemos chegar – prática esta baseada em uma estratégia geral, uma estratégia de tempo restrito e um conjunto de táticas.

Em resumo, a teoria anarquista subsidia a leitura da realidade, a ideologia anarquista subsidia o julgamento dessa realidade, o estabelecimento de objetivos estratégicos e de linhas estratégicas de ação, e a prática anarquista leva a cabo concretamente as ações no sentido de transformar social e revolucionariamente essa realidade.

MW: O que me parece único em seus escritos (e, em geral, na tradição anarquista na América Latina) – e falo como uma militante do mundo anglófono – é que eles se concentram bastante no conceito de “poder”. Em “Anarquismo, Poder, Classe e Transformação Social” você afirma que os anarquistas clássicos tenderam a misturar, imprecisamente, tratando poder, dominação e autoridade como o mesmo conceito. Essa imprecisão teórica dificultou que se visse qual forma de poder os anarquistas deveriam combater (dominação) e qual forma de poder os anarquistas deveriam construir (popular). Por que você pensa que o conceito de poder é tão central no anarquismo e quais são as implicações de um entendimento correto do poder em nossa prática e nossas doutrinas?

FC: Realmente nós temos aprofundado bastante a discussão sobre o conceito de poder. Temos destacado que ele é importante para os anarquistas, não apenas em termos de crítica, mas também construtivos e propositivos.

Antes de tudo é importante ressaltar que, como todos os grandes conceitos, poder é um conceito polissêmico (tem muitos significados) e pode ser definido de diferentes maneiras. Historicamente, e nas diferentes correntes de pensamento, é possível dizer – conforme observou Tomás Ibáñez – que o poder foi definido de três maneiras distintas: 1.) Como *capacidade* (possibilidade de realizar algo), por exemplo, quando dizemos que temos o poder de fazer isso ou aquilo; 2.) Como *estruturas e mecanismos de regulação e controle* (coisa concreta), por exemplo, quando dizemos que alguém ou algum grupo tomou o poder; 3.) Como *assimetria nas relações de força* (relação temporária de imposição), por exemplo, quando dizemos que uma classe – num

momento determinado, e por um tempo determinado – estabeleceu uma relação de poder (se impôs) em relação a uma outra.⁸

Quando falamos dos anarquistas clássicos, eles também dialogam com essas abordagens, como argumentei em “Anarquismo, Poder, Classe e Transformação Social”. E, não raro, tratam as relações de dominação por meio de termos como dominação, poder e autoridade. Quando tomamos o caso dos anarquistas clássicos, na maioria das vezes que utilizam esses termos (dominação, poder, autoridade), eles têm em mente aquilo que nós nos referimos, em nossa corrente anarquista, como *relações de dominação*.

Alguns comentários são necessários sobre essas afirmações. Primeiro que, apesar dessa abordagem majoritária, em alguma medida todos os anarquistas clássicos oferecem elementos para o estabelecimento de uma teoria anarquista do poder. É certo que não foi algo que priorizaram durante sua vida, mas não há dúvida que em seus escritos há muitos elementos sobre esse tema. Segundo que, quando faço essas afirmações sobre os “anarquistas clássicos”, não estou considerando Proudhon entre eles – que, para mim e outros pesquisadores, é mais um tipo de pai do anarquismo do que anarquista em si, visto que consideramos que o anarquismo surgiu apenas no seio da Primeira Internacional, na segunda metade dos anos 1860.⁹ Dentre os clássicos libertários do socialismo, Proudhon destaca-se com grandes contribuições nessa discussão sobre o poder. Terceiro, tanto Proudhon quanto os clássicos anarquistas, mesmo que na maioria dos casos tratem de maneira equivalente dominação, poder e autoridade, também abrem possibilidades para outras abordagens.

Proudhon reivindica um “poder social” como força coletiva dos trabalhadores. (*De la Justice dans la Révolution e dans l'Église*) Bakunin enfatiza que não rejeita toda forma de autoridade (*Deus e o Estado*) e reivindica inclusive o poder dos “aliados”, membros da Aliança, em relação aos trabalhadores (“Carta a A. Richard”). Malatesta fala de um “poder efetivo de todos os trabalhadores” (“La Dittatura del Proletariato e l'Anarchia”).

⁸ Sobre este e outros argumentos de Ibáñez, ver minha resenha de seu artigo “Por un Poder Político Libertario” (em inglês): <https://www.anarkismo.net/article/19736>.

⁹ Sobre esse argumento, ver meu artigo “Anarchist Theory and History in Global Perspective” (em inglês): <https://ithanarquista.wordpress.com/2021/12/15/felipe-correa-anarchist-theory-and-history-in-global-perspective/>.

Bernerri defende o “uso de um poder político por parte do proletariado” (“La Dittatura del Proletariato e il Socialismo di Stato”). Muitas outras referências poderiam ser mencionadas. O que quero mostrar com isso não é que essas figuras tenham reivindicado permanentemente o termo poder para se referir às suas estratégias repositivas e construtivas, mas que, mesmo em suas obras, há momentos em que essas referências aparecem.

O que argumento em “Anarquismo, Poder, Classe e Transformação Social” é que, se nos desprendermos do termo e adentrarmos no conteúdo dessa discussão, verificaremos que, de maneira geral, todos os anarquistas identificam nos trabalhadores certa *capacidade de realização*; esses anarquistas normalmente discutem e põem em prática ações para transformar essa capacidade de realização numa *força social* capaz de intervir na realidade social e, finalmente, pretendem contribuir para que os trabalhadores *se imponham, preponderem* frente à burguesia, à burocracia, a seus inimigos de classe em geral, por meio de uma revolução social que conduza a um socialismo apoiado em *estruturas e mecanismos de regulação e controle* autogestionários e federalistas.

Como detalharei um pouco mais adiante nesta entrevista, esses elementos – capacidade de realização, força social, relação de imposição/preponderância e estruturas e mecanismos de regulação e controle – estão no cerne da teoria do poder que os especificistas têm defendido e que eu, particularmente, venho desenvolvendo em termos teóricos.

Creio que, a depender de como for definido, o conceito de poder pode ter um papel importantíssimo no anarquismo. Primeiro, para a explicação sobre o que é o próprio anarquismo. Utilizo, por exemplo, o conceito de poder como base da explicação que faço do anarquismo no meu livro *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*, que nada mais é do que um “O que é o anarquismo” renovado, que pretende solucionar os problemas dos estudos anteriores que abordam esse tema.

Quando defino o anarquismo nesse livro destaco, dentre outras coisas, que “o anarquismo [...] tem como objetivo transformar a capacidade de realização das classes dominadas em *força social* e, por meio do conflito social caracterizado pela luta de

classes, substituir o poder dominador que surge como vetor resultante das relações sociais por um poder autogestionário, consolidado nas três esferas estruturadas da sociedade”. De modo que o projeto anarquista é por mim considerado um “projeto de *poder*”.¹⁰

Segundo, o conceito de poder pode subsidiar as análises da realidade elaboradas pelos anarquistas. Por meio dele (e de uma teoria do poder consistente) é possível entender, na história ou na atualidade (em termos conjunturais), quais são as forças em jogo num determinado contexto, quais delas estão se impondo/preponderando em relação a outras, quais são as relações de poder que se estabelecem nesses contextos e quais são as formas que tais relações assumem (dominadoras, autogestionárias, de maior ou menor participação).

Terceiro, e talvez esse seja o motivo principal, para que os anarquistas tenham clareza de seu projeto político e de onde/como pretendem chegar. A meu ver, presenciamos constantemente anarquistas que não compreendem quais são as ações que podem/devem empreender de modo a impulsionar seu projeto. Não conseguem avaliar concretamente a realidade e nem elaborar um programa adequadamente estratégico.

O mais grave, entretanto, ocorre quando anarquistas não compreendem que não basta eles existirem no mundo, ou levarem a cabo suas ações sem conseguir certos acúmulos e conquistas. Também não é suficiente, nos casos em que logram tais acúmulos e conquistas, não saber onde/como querem chegar. Deixe-me explicar. Ou os anarquistas pensam em formas de maximizar sua força social e, o que é mais importante, a força social dos trabalhadores, de modo que isso possa apontar para uma transformação revolucionária e autogestionária/federalista, ou eles não têm razão de existir. E mais. Ou os anarquistas compreendem que, em diversas ocasiões, eles terão de se impor a outros, preponderar em relação a outros (latifundiários, patrões, burocratas e mesmo outras forças de esquerda, socialistas, revolucionárias), ou também não terão condições de concretizar seu projeto. Mesmo que essa imposição/preponderância seja feita de modo antiautoritário.

¹⁰ O já citado artigo “Anarchist Theory and History in Global Perspective” (em inglês) apresenta um resumo deste livro.

Muitos exemplos poderiam ser citados. Mas focarei em um deles quando, no contexto da Revolução Espanhola, diversos membros influentes da Confederación Nacional del Trabajo (CNT) – uma organização anarcossindicalista que representava, à época, aproximadamente um milhão e meio de trabalhadores – entenderam que estabelecer um poder popular e autogestionário nas regiões em que a força social dos anarquistas/anarcossindicalistas era amplamente majoritária, equivaleria a estabelecer uma “ditadura anarquista”.

Leitura conceitualmente equivocada e que, a meu ver, mostra a falta de noção de que o projeto anarquista é, realmente, um projeto de poder. Um projeto contrário à dominação e à exploração, baseado na autogestão e no federalismo, é verdade, mas, ainda assim, um projeto de poder. Com receio de se impor e preponderar frente às forças inimigas e adversárias, a CNT preferiu integrar o projeto colaboracionista com o governo republicano...

Essa relação que considero mal resolvida entre os anarquistas e a questão do poder ocasiona problemas desse tipo. Não apenas em situações revolucionárias e insurrecionais, mas também em circunstâncias cotidianas, como em movimentos e lutas sindicais, sociais, estudantis, comunitários etc.

Em resumo, a adoção dessa compreensão do poder que sustento aqui possui múltiplas implicações. Ela permite um entendimento mais adequado do anarquismo, um fortalecimento das análises da realidade e, principalmente, do projeto político anarquista. Em especial, essa compreensão do poder subsidia os anarquistas para que ampliem sua intervenção na realidade e se façam crescentemente mais influentes.

MW: Para muitos anarquistas ocidentais, o foco conceitual na questão do poder está associado com os escritos de Michel Foucault. Para alguns, essa associação é positiva, mas para muitos que defendem o anarquismo de massas essa associação implica o abandono da luta de classes. Qual impacto, se é que teve algum, Foucault teve nos debates latino-americanos? As pessoas leem Foucault e, se sim, que contribuições acreditam que ele possui?

FC: É verdade que “para muitos anarquistas ocidentais, o foco conceitual na questão do poder está associado com os escritos de Michel Foucault”. Mas isso, a meu ver, diz mais sobre os “anarquistas ocidentais” do que sobre o debate do poder no anarquismo.

Foucault sem dúvida é um dos grandes pensadores do século XX e muito estudado nas universidades. Minha impressão – e essa tem sido uma das minhas grandes críticas ao universo anarquista em geral – é que muitos anarquistas, talvez por comodidade intelectual, ou mesmo para seguir os modismos acadêmicos, acabam se apropriando de autores de outras tradições, de outras correntes político-ideológicas, em vez de buscar as contribuições que existem dentro do nosso próprio campo. O pior é que essa apropriação é feita, na maioria dos casos, de maneira acrítica, e não para complementar as contribuições anarquistas, mas para substituí-las.

Isso que considero ser, em diversas partes do mundo, uma moda em torno de Foucault dentre os anarquistas reflete, para mim, certo “anarquismo sem anarquistas”, que infelizmente encontramos em muitas localidades neste momento. Há hoje inúmeros “estudos anarquistas” sem qualquer relação com o anarquismo e os anarquistas históricos.

O que quero dizer é que, dentre os anarquistas – e anarcossindicalistas, sindicalistas revolucionário e socialistas libertários/antiautoritários tomados de maneira mais ampla – há inúmeras contribuições nessa discussão do poder e em muitas outras. Mas estudá-las significa, na maioria das vezes, “quebrar pedra”: os textos não são muito fáceis de encontrar, muitos deles não estão traduzidos, não há praticamente comentadores, não há manuais, ninguém os estuda na universidade... Ou seja, temos que reconhecer que não é fácil estudar Bakunin, Malatesta, Kropotkin, Proudhon etc.

Considero ser mais do que necessário nos dedicar aos estudos de nossa tradição expandida (anarquista, anarcossindicalista, sindicalista revolucionária, socialista libertária/antiautoritária) e produzir, elaborar, oferecer nossas contribuições críticas frente a elas. Neste momento estou trabalhando exatamente em um livro que reconstrói as contribuições teóricas de Malatesta acerca das relações de poder. Não há dúvida que, mesmo tais contribuições sendo incríveis, é muitíssimo trabalhoso recuperá-las, reconstruí-las, complementá-las.

Retorno ao Foucault. Sim, nossa tradição do anarquismo especificista teve certa influência de Foucault (no Uruguai e em algumas regiões do Brasil, especialmente no sul), que foi e é um autor lido por parte da militância. Vale ressaltar que não apenas dele, dentre os não anarquistas. Eu conheço bem a discussão de Foucault sobre o poder; já dei aulas e escrevi sobre esse tema. Acontece que, como você muito bem aponta, Foucault tem suas complicações e ambiguidades.

O que posso falar, como alguém que conhece essa discussão sobre o poder em Foucault, é que o que nós especificistas fizemos, mais do que realizar uma leitura acadêmica rigorosa desse autor, foi propor uma apropriação crítica de alguns de seus conceitos e perspectivas teóricas, e adaptá-las ao quadro geral de referência de nosso anarquismo – de modo que elementos como classes sociais e o classismo continuaram presentes. Na minha avaliação, essa leitura especificista de Foucault foi feita pela esquerda, bem pela esquerda.

De qualquer modo, entendo que há certo risco em procedimentos desse tipo. Pois, apesar da distinção que fazemos entre teoria e ideologia, e de termos uma postura de maior flexibilidade e abertura frente à primeira do que à segunda, é inegável que as contribuições teóricas possuem elementos ideológicos e, às vezes, sem perceber, por bebermos em certo material teórico, podemos terminar incorporando certos elementos ideologicamente complicados para o anarquismo.

Já vi isso acontecer no campo anarquista em distintas épocas e regiões, tanto com a incorporação de teoria marxista – que, depois, terminou se convertendo em elementos ideológicos “marxizantes” –, quanto com a incorporação de teoria pós-moderna – que, do mesmo modo, gerou perspectivas ideológicas bem complicadas e distantes do anarquismo.

Quando falo que Foucault possui complicações e ambiguidades, me refiro a alguns pontos em particular. Ele nunca foi um pensador anarquista e nem teve grandes preocupações programáticas e estratégicas. Se suas ideias podem ser interpretadas desse modo, mais à esquerda, como feito pelos especificistas, elas também podem ser tomadas numa perspectiva bastante liberal e, mesmo, de completa resignação – neste último

caso, apontando para leituras do tipo: se há poder em todas as relações, então não há muito a fazer, já que todos somos, ao mesmo tempo, oprimidos e opressores. Realmente há riscos importantes nesse sentido.

Cumprido notar que, estudando a fundo vários clássicos anarquistas, anarcossindicalistas, sindicalistas revolucionários e socialistas libertários/antiautoritários, posso afirmar que tudo aquilo que nossa corrente utilizou de Foucault está presente nos “nossos” autores. Não há nada que tenhamos nos apropriado de Foucault que não esteja, por exemplo, em Malatesta e/ou Proudhon.

Acredito que precisamos evitar a todo custo esse procedimento (infelizmente bem presente no anarquismo) de sair pegando e incorporando acriticamente tudo aquilo que parece interessante, que está na moda (acadêmica ou militante), que a gente estuda na universidade ou discute nos movimentos. Historicamente o anarquismo possui certas linhas (e cada corrente anarquista linhas mais específicas dentro do anarquismo). Por isso, é importante ter em mente que as contribuições devem complementar essas linhas e não descartá-las, colocá-las em xeque ou distorcê-las.

MW: Outro termo que parece ter bastante foco na tendência do *especificismo* é “força social”. Força social é a força “realizada” de uma classe dominada, quando ela é organizada e canalizada utilizando meios corretos para os fins que estão em seus interesses. Assim, o conceito de força social valoriza a organização – tanto prática quanto ideológica – das classes dominadas, pois maior organização equivale a maior capacidade de transformação social. Você pode falar um pouco mais sobre como essa “força social” se realiza? E mais, e esse talvez seja um problema de tradução: Qual é a diferença entre poder e força social? Pelas minhas leituras de seus textos traduzidos, aparentemente há distintas camadas de força social implícitas, e que não são descritas explicitamente. Primeiro, partindo de Proudhon, há um tipo de força potencial que os trabalhadores obtêm trabalhando cooperativamente. Depois, há um tipo de força obtida pelo trabalho cooperativo num sentido político-ideológico: trabalhar coletivamente rumo a um objetivo e um programa comuns. Finalmente, há força social no sentido que você mais discute, no nível das classes sociais, em que as classes dominadas, em função de sua posição de

classe, podem construir poder popular. Você pode falar da relação entre essas camadas (independente de você concordar com minha expansão do termo)? Para reformular essa questão em termos mais práticos: Qual é o papel da organização anarquista na organização do poder das classes dominadas?

FC: Há muitos elementos nessa questão que creio ser importante detalhar e organizar. Aos poucos tenho escrito outros materiais sobre esse tema do poder, que abarcam tudo aquilo que você pergunta. Vou tentar sistematizar de uma maneira mais didática para facilitar a compreensão. E tudo que eu falo abaixo tem referência em autores clássicos (Bakunin, Malatesta, Proudhon, principalmente) e contemporâneos (Alfredo Errandonea, Tomás Ibáñez, Fábio López, Bruno L. Rocha), incluindo as organizações anarquistas especificistas e minha própria produção.¹¹

Antes de tudo, é importante recordar, como eu disse antes, que o poder foi historicamente definido de três maneiras: 1.) Como capacidade; 2.) Como estruturas e mecanismos de regulação e controle; 3.) Como assimetria nas relações de força. Esses três elementos são importantes e estão presentes na teoria do poder que venho desenvolvendo. Não necessariamente como parte do conceito de poder em si, mas que estão a ele relacionados.

Tomemos como ponto de partida uma definição de poder que considero adequada: *o poder é uma relação social concreta e dinâmica entre diferentes forças assimétricas, na qual há preponderância de uma(s) força(s) em relação a outra(s)*. Há, nessa definição, alguns aspectos importantes.

Primeiro, que quando afirmo o poder como uma relação social, estou dizendo que poder significa relação de poder, e que envolve no mínimo duas partes (pessoas, grupos, classes etc.). Segundo, quando falo de uma relação concreta e dinâmica, estou excluindo aquela noção de poder como capacidade, que se coloca no campo das possibilidades, de algo que pode ou não se concretizar; refiro-me, mais especificamente, a uma relação que de fato ocorre. Relação esta que nunca é permanente – sempre se localiza num contexto (tempo-espço) e é temporária; ninguém tem o poder eternamente, mas apenas

¹¹ Infelizmente há poucos escritos em inglês desses autores contemporâneos.

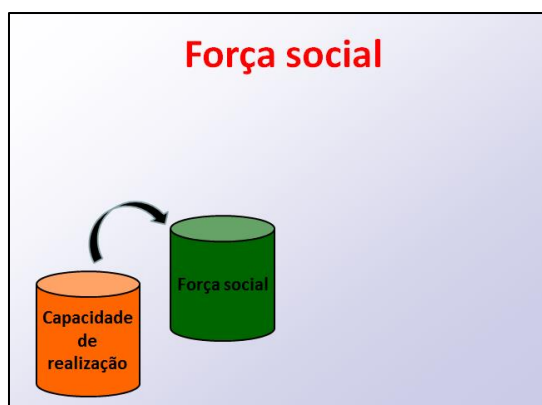
durante um certo tempo. Por isso, as relações de poder estão em permanente mudança e podem ser transformadas a qualquer momento.

Terceiro, quando falo em relação entre diferentes forças assimétricas é necessário definir, precisamente, este conceito acessório ou subconceito: força social. *Força social pode ser definida como a energia aplicada por agentes em conflitos sociais para atingir determinados objetivos.* Tal força pode ser individual, grupal ou classista e significa a materialização da capacidade de realização. Temos aqui o primeiro aspecto que organiza aquelas três maneiras históricas de conceituar o poder; faço uma distinção entre *capacidade de realização* e *força social*.

A capacidade de realização é aquela possibilidade de fazer algo no futuro, aquele possível vir a ser que pode se concretizar ou não. Nos referimos à capacidade de realização quando, por exemplo, afirmamos que os trabalhadores têm o poder de transformar o mundo. De acordo com os conceitos que tenho adotado, essa frase seria melhor formulada da seguinte maneira: os trabalhadores têm a *capacidade* (possibilidade) de transformar o mundo. Isso porque, mesmo com essa capacidade, eles podem ou não transformar o mundo; não se trata de algo concreto, que de fato acontece.

A capacidade de realização converte-se em força social quando sai do campo da possibilidade de realizar algo no futuro, que pode ocorrer ou não, e é de fato colocada em prática, começa a fazer parte do jogo de forças que constitui uma realidade social. Voltemos ao nosso exemplo: Os trabalhadores têm a capacidade de transformar o mundo. Mas eles podem todos estar tocando sua vida cotidiana, indo para o trabalho, cuidando da família, vivendo uma vida que não tem qualquer impacto nos rumos do desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesse caso, eles continuam apenas com essa capacidade potencial.

Agora, quando começam a aplicar sua energia nos conflitos sociais visando a certos objetivos, esses trabalhadores constituem uma força social. Por exemplo, quando começam a se organizar, quando fazem lutas, reivindicações etc. Veja que aqui aquela capacidade foi transformada em força social. Essa força pode ser bem minoritária – e, assim, ser incapaz de modificar os rumos da realidade; mas ela pode ser mediana ou mesmo grande e, desse modo, protagonizar mudanças e transformações.



Quando falo de força social é importante ter duas questões em mente. A primeira é que todos nós nascemos já com a força física de nosso próprio corpo, que pode ser mobilizada em certos conflitos. Por exemplo, a força física de um homem pode ser utilizada para que ele se imponha a uma mulher num determinado conflito. A segunda é que uma força social pode ser individual ou coletiva e, no segundo caso, devemos sempre considerar que a força coletiva é maior que a soma das forças individuais. Por exemplo, a força coletiva de cem trabalhadores protestando em frente a uma prefeitura durante uma hora é muito maior do que se esses trabalhadores permanecessem ali, cada um, individualmente, durante uma hora, um depois do outro. Mesmo que a quantidade de horas de protesto por pessoa seja a mesma, sem dúvida a força social do coletivo (pessoas juntas) é muito maior que a força social dos indivíduos (pessoas separadas).

Além disso, devemos ter em mente que há inúmeras formas para ampliar a força social. Vejamos algumas delas que são bastante conhecidas.

As pessoas podem: 1.) *Ampliar sua força física e aperfeiçoar as técnicas para utilização dessa força*, com exercícios e artes marciais. Num conflito entre torcidas organizadas, por exemplo, a força física pode ser um fator determinante. Ou mesmo no caso de combates militares que exijam capacidades e esforços corporais. 2.) *Agregar e mobilizar pessoas com um propósito comum*. Para um abaixo assinado, uma eleição ou uma marcha nas ruas, por exemplo, a quantidade de pessoas agregadas e mobilizadas é elemento fundamental. 3.) *Possuir dinheiro, propriedades, máquinas e recursos naturais*. É disso que se trata, por exemplo, quando vemos que é muito mais fácil os ricos se imporem aos pobres do que o contrário; que um país com uma grande quantidade de petróleo possui maior peso nas relações geopolíticas internacionais do

que um país sem petróleo; que, na concorrência capitalista, os grandes tendem a submeter os pequenos.

4.) *Conquistar posições de mando e decisão*, pois as pessoas que as ocupam têm uma chance muito maior de se impor àquelas que não as ocupam. Quando dizemos, por exemplo, que não há livre negociação de salários entre patrão e empregado, é justamente por esse motivo. Por ocuparem uma posição de mando e decisão ou mesmo por serem donos da empresa, gestores e proprietários quase sempre terão uma força social muito maior do que aquela do trabalhador nos conflitos trabalhistas. Isso explica porque, num movimento popular burocratizado, as posições de mando e decisão são fortemente disputadas por entidades e partidos políticos.

5.) *Desenvolver capacidade de influência e persuasão*, quando há pessoas que, por meio de argumentos ou carisma, em conversas, discursos etc., convencem e trazem outras pessoas para seu lado. 6.) *Possuir armas e tecnologias de guerra*, elementos fundamentais para, por exemplo, determinar os resultados de uma guerra. 7.) *Ter informação e conhecimento*, que permite não apenas incidir melhor nos conflitos, mas saber antecipadamente dos passos de adversários e inimigos. Muitas outras formas de ampliação da força social poderiam ser mencionadas.

Cumprе notar que, em cada caso, há um conjunto de “regras” sobre as maneiras possíveis e legítimas de se investir no aumento de força social. Vejamos. Para os conflitos físicos entre torcidas organizadas, frequentar uma academia e fazer uma arte marcial é muito mais aceitável (“normal”) do que para os conflitos trabalhistas de negociação de salário numa empresa. Para os conflitos concorrenciais entre empresas, possuir propriedades e dinheiro – investir para ter cada vez mais, e fazer disso um mecanismo para se impor – é muito mais aceitável/normal do que nos conflitos sociais encampados por movimentos populares e organizações socialistas revolucionárias.

Quero dizer que cada forma de conflito possui um certo conjunto de regras acerca daquilo que é mais aceitável, normal, usual para se investir no aumento de força social. O que não significa que outros caminhos não possam ser adotados. Por exemplo, as armas em geral não fazem parte da normalidade de uma eleição sindical, mas no Brasil sabemos que, a depender do sindicato, isso é uma realidade.

Outro aspecto importante dessa discussão é que as relações entre forças sociais se dão sempre num determinado cenário – certa estrutura ou ordem com regulações, controles, normas, instituições. Cenário esse que também é formado por relações de forças, mas que são mais duradouras, que perduram no tempo-espaço e que se institucionalizam fazendo com que o próprio cenário tenha suas regras e, por isso mesmo, exerça força no jogo. As forças sociais que jogam a favor da estrutura/ordem têm muito mais facilidade (são maximizadas) do que as forças que se contrapõem a ela (são minimizadas).

Isso explica porque, em termos sociais, dar continuidade a alguma coisa que já acontece em geral é mais fácil que modificá-la; movimentos que afirmam a ordem têm geralmente mais facilidade que movimentos que contestam a ordem. Imaginemos, por exemplo, dois movimentos com a mesma quantidade de pessoas e recursos: um de defesa do capitalismo e outro anticapitalista. O que estou argumentando é que, numa circunstância como essa, mesmo que com os mesmos recursos/pessoas, o movimento capitalista terá mais facilidade, pois estará jogando num cenário, numa estrutura capitalista, usufruindo da inércia que tais relações possuem.

Como se pode perceber, essa noção de força social é útil para pensar distintas questões, especialmente conflitos entre certas forças em nível micro, meso e macrossocial. Essa mencionada dinâmica de correlação de forças assimétricas pode ser utilizada para se compreender a relações entre pessoas, gangues, empresas, países, partidos, meios de comunicação, classes etc.

Podemos conceber a realidade social como o resultado de um enfrentamento entre distintas forças sociais, as quais, na maioria dos casos, não se resumem a duas (força A X força B). São frequentemente múltiplas forças, que incidem de maneira distinta na realidade, que possuem proximidades e distanciamentos com outras, que se aliam, cooperaram entre si.

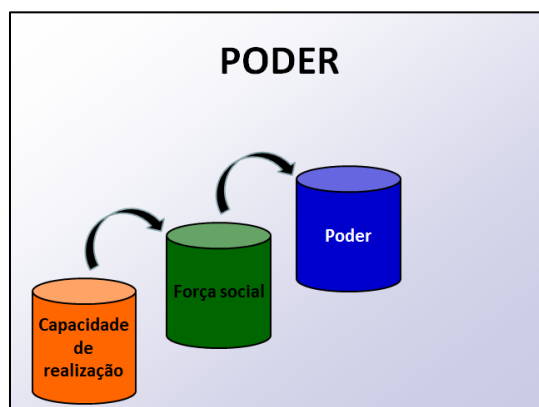
Chego aqui ao conceito mais específico de poder, anteriormente colocado. *Poder que ocorre exatamente quando uma ou algumas forças preponderam (se sobrepõem, se impõem) a outra(s)*. E aqui se torna evidente a diferença entre força social e poder. Constituir uma força social significa estar incidindo na realidade, tendo algum papel nos

conflitos; ter poder significa fazer de sua própria força social uma força que preponderou frente às outras, que se sobrepôs, que se impôs.

Podemos dizer, nesse sentido, por exemplo, que desde seu ressurgimento dos anos 1990 em diante, anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários, em termos globais, têm constituído uma força social. Porque, em distintos países, possuem incidência na realidade, seja nas lutas e protestos de maneira geral, seja em movimentos sindicais, comunitários, estudantis, agrários, ou mesmo no campo das ideias de maneira mais geral.

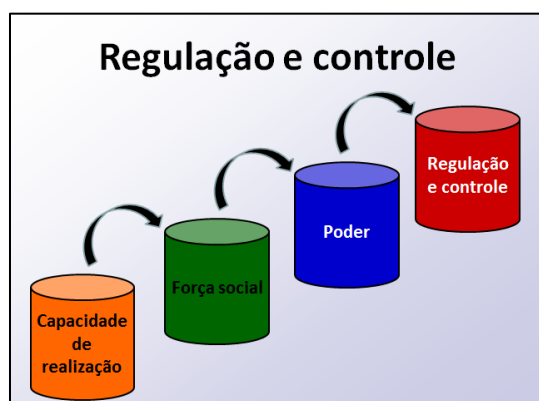
Isso não significa, de modo algum, que o anarquismo, o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário possuam poder. Atualmente, ele constitui uma força social minoritária dentro da esquerda de maneira geral, e quase ínfima quando pensamos nas forças sociais que disputam os rumos globais da sociedade.¹²

Quando sustentamos a necessidade de um anarquismo que busque o poder, isso implica, obrigatoriamente, conceber e por em prática formas de maximizar a força do anarquismo e, principalmente, das classes populares, de modo que se tornem agentes poderosos não apenas na esquerda, mas nos cenários locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais.



¹² Tais são algumas das conclusões de uma pesquisa que realizei ao longo de dois anos sobre o ressurgimento global do anarquismo, do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário entre 1990 e 2019. Os resultados dessa pesquisa podem ser encontrados no capítulo “The Global Revival of Anarchism and Syndicalism (1990-2019)” do livro *The Cambridge History of Socialism: a global history in two volumes*, organizado por Marcel Van der Linden (Cambridge, 2022) e no “Dossier Contemporary Anarchism: anarchism and syndicalism in the whole world (1990-2019)”: <https://ithanarquista.wordpress.com/contemporary-anarchism/>.

O poder está presente em todos os campos e níveis da sociedade. Ele fornece as bases para as regulações, os controles, os conteúdos, as normas etc. Possui, dessa maneira, uma relação direta com as tomadas de decisão.



Temos, até agora, certos aspectos teóricos capazes de subsidiar análises da realidade, seja ela passada ou presente. Esses aspectos teóricos permitem que elaboremos reflexões históricas e análises de conjuntura, por meio de respostas a um conjunto preciso de questões. Num determinado cenário (momento/território): Quais são as forças sociais em jogo? Como elas incidem no campo social? Qual(is) prepondera(m)? Quais as resultantes desta relação? Mapear as forças em jogo, sua incidência na realidade, as preponderâncias e resultantes desse enfrentamento é fundamental para entender um determinado cenário da sociedade.

Tanto as relações de poder quanto as regulações e controles que ocorrem na sociedade podem ou não implicar dominação. Isso significa que, conforme eu e outros especificistas temos sustentado, poder e dominação não são sinônimos; nem regulação/controlado e dominação. Ou seja, uma relação de poder pode ser uma relação de dominação, mas pode também não ser. Um conjunto de mecanismos de regulação e controle pode ser dominador, mas pode também não ser.

O que permite fazer essa afirmação é outro conceito acessório ou subconceito: *participação*. Em termos gerais, *participação é a ação de tomar parte ou contribuir com decisões coletivas*; ela se relaciona com todo o processo discutido de constituição de forças sociais, enfrentamentos/disputas e de estabelecimento de relações de poder. As relações de poder e os mecanismos de regulação e controle podem ser analisados e concebidos frente à maior ou menor participação que envolvem.

De modo que poder, regulação e controle podem ser dominadores (e, assim, contar com menor participação) ou autogestionários (e, assim, contar com maior participação). *O poder pode ser assim concebido como uma relação que oscila entre esses dois extremos: a dominação e a autogestão.*

Dominação é uma relação social hierárquica, em que um ou uns decidem aquilo que diz respeito a todos; ela explica as desigualdades, envolve as relações de exploração, coerção, alienação etc. A dominação explica as classes sociais, ainda que haja outras formas de dominação para além da dominação de classe. Autogestão é a antítese da dominação; trata-se de uma relação social não hierárquica (igualitária), em que as pessoas participam dos planejamentos e decisões que lhes afetam, pessoal e coletivamente. A autogestão fundamenta o projeto de uma sociedade sem classes e outras formas de dominação.

Algumas noções derivam disso. Primeiro, que a dominação é uma forma de poder, assim como a autogestão. Podemos dizer que, historicamente, a ampla maioria de relações de poder que se estabeleceram em nível macrossocial foram relações de dominação (poder dominador, portanto). Mas também é possível afirmar que, paralelamente, inúmeras outras relações de poder, em nível meso e macrossocial, foram relações de autogestão (poder autogestionário, portanto). Isso notamos tanto em movimentos e lutas, quanto em certos momentos de experiências insurrecionais e revolucionárias.

Quando os especificistas reivindicam ser necessário “construir o poder popular”, o que se defende nada mais é do que a construção de uma força social popular capaz de promover uma revolução social e, com isso, estabelecer uma relação de poder frente às classes dominantes e grandes agentes da dominação de maneira geral. Obviamente, não se trata da construção de qualquer poder, mas de um poder autogestionário, que implique o combate direto das relações de dominação, e que aponte para uma sociedade sem classes e outras formas de dominação. Portanto, nossa concepção de poder popular é uma concepção de poder autogestionário.

O papel da organização anarquista vai exatamente nessa direção. Ela tem por objetivo, em primeiro lugar, contribuir para transformar a capacidade de realização dos

trabalhadores numa força social. Em segundo lugar, colaborar para o aumento permanente dessa força social dos trabalhadores. Em terceiro lugar, reforçar as posições de esquerda, socialistas, revolucionárias e libertárias/antiautoritárias frente às posições de direita, capitalistas, reformistas e autoritárias presentes entre os trabalhadores e seus movimentos. Em quarto lugar, estimular a construção de relações de poder autogestionárias, que apontem para um processo revolucionário de transformação social, estabelecendo instituições de regulação e controle igualitárias e libertárias, e permitindo a expansão desse projeto em termos regionais, nacionais e internacionais.

MW: Numa perspectiva mais prática, a definição de poder e de dominação no *especifismo* tem sido utilizada para explicar teoricamente a estratégia de construção de uma “frente de classes oprimidas”. Alguns de nossos companheiros tem a preocupação de que essa estratégia leve a um abandono de liderança da classe trabalhadora [working class] e sua relação única com a produção durante a revolução socialista. Também nos preocupamos que isso possa levar a uma análise “voluntarista” da transformação social. Ou seja, parece que se está priorizando a relação de dominação frente à relação com os meios de produção, no entendimento do papel que uma classe terá na revolução social e, assim, potencialmente, uma priorização na conscientização frente ao confronto político na produção. Gostaria que você respondesse a essas preocupações. Elas representam uma compreensão precisa de suas posições?

FC: Quero iniciar enfatizando que o conceito de classes sociais com o qual operamos, em geral, é muito próximo daquele defendido por distintos anarquistas clássicos, como Bakunin e Malatesta. O problema aqui, novamente, me parece ser aquela mencionada importação de elementos teóricos (neste caso, do marxismo) para o anarquismo, algo que nos impede de conhecer e de usufruir de nossas próprias contribuições.

Esses e outros anarquistas possuem reflexões importantes para essa discussão sobre as classes sociais. Antes de tudo, para Bakunin, Malatesta e outros, classes sociais nunca foi um conceito exclusivamente econômico. Sem dúvida, as classes abarcam (não raro, prioritariamente) elementos de ordem econômica, como a propriedade dos meios de

produção e de distribuição, e os consequentes privilégios econômicos. Pode-se dizer que há, nesse sentido, um poder econômico.

Mas as classes também abarcam outros elementos de ordem política, como a propriedade dos meios de administração e coerção, e os consequentes privilégios políticos. Pode-se dizer que há, nesse sentido, um poder político. Enfim, as classes ainda abarcam os elementos de ordem intelectual/ moral, como a propriedade dos meios de comunicação e instrução, e os consequentes privilégios intelectuais. Pode-se dizer que há, nesse sentido, um poder intelectual.

No sistema capitalista-estatista – e, portanto, na sociedade contemporânea – é possível afirmar que há um conjunto de classes dominantes e um conjunto de classes oprimidas. Economicamente, podemos falar em proprietários (burgueses e latifundiários), que submetem proletários (no sentido mais restrito, de trabalhadores assalariados) e camponeses. Politicamente, podemos falar em uma burocracia (governantes, juízes, policiais), que submete um amplo contingente de governados. Intelectualmente, podemos falar em autoridades religiosas, comunicacionais e educacionais, que submetem aqueles que possuem pouco ou nenhum impacto na produção das ideias de uma sociedade em geral.

Portanto, em nossa sociedade, quando falamos de classes sociais, podemos identificar esses três amplos conflitos sociais: proprietários X proletários e camponeses (econômico); burocratas X governados (político); autoridades religiosas/comunicacionais/educacionais X pessoas com pouca ou nenhuma incidência na produção das ideias macrossociais (intelectual).

É importante observar que esses conflitos estão sempre articulados em termos sistêmicos. De modo que essa distinção dos três campos ou esferas (econômico, político e intelectual) e dos três mencionados conflitos a eles relacionados, é apenas analítica. Pois, na realidade, essas três partes compõem um todo estrutural, que funciona como um sistema. A articulação desses três conflitos aponta exatamente para aquilo que mencionei há pouco. Não há apenas burguesia e proletariado; não há apenas duas classes em conflito.

Há, como colocado, um conjunto de classes dominantes e um conjunto de classes oprimidas. Exercendo a dominação em nossa sociedade temos esse conjunto de classes composto por: proprietários + burocracia + autoridades religiosas/comunicacionais/educacionais (ressaltando que falo aqui, obviamente, das grandes religiões, empresas de comunicação e educação, ou seja, aqueles que de fato pautam a produção de ideias na sociedade contemporânea). Conjunto que possui, concomitantemente, a propriedade dos meios de produção e de distribuição, de administração e coerção, de comunicação e instrução; e que usufrui, concomitantemente, de privilégios econômicos, políticos e intelectuais.

Sofrendo a dominação em nossa sociedade temos outro conjunto de classes composto por: proletários + camponeses (e povos tradicionais) + marginalizados, os quais são, em conjunto, e concomitantemente, vítimas da exploração econômica, da dominação político-burocrática, da coerção física e da alienação intelectual. Há, também, um setor intermediário, menos relevante, entre esses dois amplos conjuntos de classes.

Desse modo, quando falamos de luta de classes, é preciso entender que ela pode se manifestar (e realmente se manifesta) de duas maneiras distintas. Uma, particular, por exemplo, quando trabalhadores assalariados de uma empresa enfrentam um patrão em particular. Outra, mais geral, que envolve ambos os mencionados conjuntos: classes dominantes X classes oprimidas.

Se você e outros companheiros tiverem interesse, podemos compartilhar um estudo que usufrui desses pressupostos teóricos para fazer uma leitura das classes sociais no Brasil contemporâneo. É bastante completo e muito interessante.

Essa concepção de classes sociais possui implicações que tornam evidentes as diferenças entre nossas posições e aquelas normalmente vinculadas ao campo do marxismo. Em especial quando consideramos a burocracia uma classe dominante e, assim, tão inimiga de classe dos trabalhadores quanto os burgueses ou latifundiários; o mesmo vale para as grandes lideranças religiosas, os proprietários dos grandes conglomerados de mídia e de educação – são todos inimigos de classe dos trabalhadores e devem ser igualmente combatidos para que o socialismo seja possível.

Socialismo este que abarca, também, esses três campos ou esferas: buscamos um socialismo integral, que não se restrinja à economia. Defendemos a socialização (e não a nacionalização ou o controle estatal) dos meios de produção e de distribuição (do poder econômico), mas também da propriedade dos meios de administração e coerção (do poder político), e da propriedade dos meios de comunicação e instrução (do poder intelectual). É isso que entendemos como fim do capitalismo, do Estado, das classes sociais. Ou seja, a socialização completa do poder social.

Sobre a proposta de uma “frente de classes oprimidas”, posso dizer que, em nossa concepção, ela significa, tão somente, como em geral significou para inúmeros anarquistas clássicos, a compreensão que todos os “de baixo” – trabalhadores assalariados, tanto da cidade como do campo, tanto da indústria como dos serviços, trabalhadores precarizados, autônomos, marginalizados, assim como camponeses – devem ser levados em conta quando se trata de conceber um projeto amplo de transformação revolucionária como aquele proposto por nós.

Nesse aspecto é possível identificar outras divergências, agora com certos setores históricos do marxismo e mesmo do anarquismo. Foi comum, entre tais setores, conceber o capitalismo como um modo de produção econômico e entender que sua base é urbana e industrial. Não há dúvida que a economia é um campo/esfera central na sociedade capitalista, que as cidades e indústrias têm um papel importantíssimo no capitalismo. Mas o capitalismo é muito mais do que uma forma histórica de economia. Trata-se, como mencionei antes, de um sistema que, além da economia, inclui o Estado e as ideias que são fundamentais para legitimar as relações sociais capitalistas.

Portanto, não há dúvida que trabalhadores urbanos e industriais sejam fundamentais para a luta e para uma revolução social. Agora, quando se afirma a “liderança da classe trabalhadora [working class] e sua relação única com a produção durante a revolução socialista”, isso tem diferentes possibilidades de interpretação. “Working class” pode significar exclusivamente o proletariado urbano e industrial – e aí, certamente, essa posição não é a nossa –, mas também pode significar classe trabalhadora em sentido amplo, termo que às vezes utilizamos, e que abarca todos os sujeitos anteriormente mencionados.

Se é verdade que os setores mais diretamente envolvidos na produção precisam estar envolvidos em qualquer projeto revolucionário, quando se discute esse tema em perspectiva global, ou mesmo quando se pensando sobre a nossa realidade na América Latina, parece inconcebível um projeto revolucionário anarquista que não dê conta do proletariado rural, dos camponeses, dos trabalhadores informais e mesmo dos marginalizados.

Creio que neste ponto é necessário detalhar um pouco mais os termos que utilizamos, pois podemos estar falando a mesma coisa ou ter grandes divergências.

Isso nos leva a outro ponto abordado na questão, sobre o voluntarismo analítico. Nossa posição, como se pode notar, não é voluntarista e nem estruturalista. Ela compreende que as estruturas possuem um papel fundamental em nossa sociedade, construindo parte importante da realidade social. Mas também que a vontade, a ação humana, possui um papel relevante. Ainda que seja grosseiro, gosto de pensar na realidade social como 70%-80% determinada estruturalmente, e 30%-20% determinada pelas ações humanas voluntárias.

Me parece que essa posição está em linha com a maioria das teorias sociais contemporâneas (das Ciências Sociais ou da História) que buscam conciliar estrutura e ação, concedendo à primeira mais peso de a segunda, mas fugindo concomitantemente do estruturalismo e do voluntarismo deterministas.

O século XX tornou evidente que os argumentos de um certo setor do marxismo estavam equivocados, e que a posição de um conjunto importante de anarquistas históricos era, realmente, a mais acertada. Nesse período notamos, ao observar as distintas realidades econômico-sociais no mundo, que a estrutura do capitalismo avançado não foi suficiente para produzir, por si só e de maneira automática, sujeitos e processos revolucionários.

E mesmo quando observamos os países que contaram e não contaram com revoluções, o que se constata é que o desenvolvimento das forças produtivas não criou ambientes revolucionários mais radicalizados ou com maior potencial que nos países ditos “atrasados”, nos quais ocorreram tais revoluções. Constatamos, ao mesmo tempo, que

não há um etapismo, por meio do qual as revoluções só podem acontecer depois de um desenvolvimento avançado do capitalismo.

Ainda que se deva notar que essas revoluções, cuja maioria terminou construindo aquilo que seria conhecido como “socialismo real”, sequer socializaram ou iniciaram uma socialização consistente do poder econômico, para não falar do poder político ou intelectual. Elas não chegaram, nem de perto, à emancipação dos trabalhadores, e nem mesmo caminharam nessa direção. Por isso, não podem ser tomadas como modelos revolucionários de sucesso.

A posição de uma fração de classe, de um grupo ou de indivíduo na estrutura da sociedade não é suficiente para torná-lo mais ou menos revolucionário. Para isso, é imprescindível a ação, a conscientização (ação de classe, consciência de classe) que, juntamente com as determinantes estruturais, produzirá esse novo sujeito revolucionário que necessitamos. Para uma transformação rumo ao socialismo autogestionário que defendemos, não basta fazer parte de uma estrutura desigual. É necessário que essa estrutura seja percebida como injusta, que se acredite na possibilidade de mudança. É fundamental que as ações caminhem num determinado sentido – precisamos de um projeto consistente. Os trabalhadores não se transformam em sujeitos revolucionários sem engajamento nas lutas e conscientização.

Por último, gostaria de enfatizar que não estou “priorizando a relação de dominação frente à relação com os meios de produção”. Como apontei, as relações de dominação, da maneira que as compreendo, envolvem, abarcam as relações com os meios de produção (em sentido marxiano); a exploração, nesse sentido, é uma forma de dominação, assim como as outras que mencionei (dominação político-burocrática, coerção física e alienação cultural). Mas vale recordar que quando falo em dominação de classe, não me restrinjo aos meios econômicos, mas também aos meios políticos e intelectuais.

Devo notar, ainda, que essa posição não confunde a dominação de classe com outras formas de dominação, como a dominação nacional (colonialismo/imperialismo), a dominação étnico-racial (racismo) e a dominação de gênero (patriarcado). A dominação possui várias formas; a dominação de classe é uma delas – importantíssima na

sociedade capitalista, sem dúvida – e que se relaciona com todas as outras formas acima mencionadas. Tal relação permite explicar a sociedade capitalista em suas múltiplas relações de dominação.

Também não há, na estratégia do especificismo, “priorização na conscientização frente ao confronto político na produção”. Nossa estratégia sempre teve foco na construção e no fortalecimento de movimentos populares a partir de um determinado programa que, em termos históricos, como já mencionei, possui muita proximidade com o sindicalismo revolucionário. Não somos educacionistas e nem defendemos prioridade na propaganda. Nosso foco está no trabalho de base regular e cotidiano, na construção de lutas sindicais, comunitárias, agrárias, estudantis, de mulheres, LGBTQs, negros, indígenas etc. a partir de nosso programa. A luta nos espaços de trabalho industriais e urbanos está contemplada em nossa estratégia, mas ela vai além disso. Não apenas em função do cenário econômico-social brasileiro, mas mesmo desde uma perspectiva global.

Março, 2022